

política

Assembleia deve votar amanhã a LDO 2027

Se deputados não apreciarem a matéria, recesso será adiado

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

Por determinação da Constituição Estadual gaúcha, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027 precisa ser aprovado na Assembleia e sancionado pelo governador Eduardo Leite (PSD) até a próxima quarta-feira, 15 de julho. A próxima sessão ordinária será amanhã e, caso os deputados não aprovem a proposta, o início do recesso parlamentar de inverno - de 18 a 31 de julho - terá de ser postergado, ou uma sessão extraordinária precisará ser convocada para apreciação da matéria.

A peça orçamentária encaminhada pelo Executivo prevê déficits orçamentário de R\$ 4 bilhões e primário de R\$ 4,8 bilhões. A expectativa firmada nos bastidores era que a proposta seria votada na última terça-feira (7), mas bancadas de oposição à direita do governo não deram quórum na reunião de líderes que definiu as propostas a serem apreciadas na última sessão ordinária, impossibilitando, assim, a inclusão do projeto da LDO 2027 na ordem do dia.

A ausência dos deputados líderes de bancadas na reunião



ALEX ROCHA/PMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Executivo tem oito projetos em tramitação no Parlamento gaúcho

ocorreu um dia após o governador ter vetado o projeto de lei que extinguiu as cobranças da Taxa de Licenciamento de veículos, de autoria de Rodrigo Lorenzoni (PP) e aprovada por unanimidade na Assembleia. A decisão de Leite foi criticada por parlamentares da direita e da esquerda.

Agora, o plenário precisa debater e votar o projeto da LDO. Além da matéria original enviada pelo governo, foram protocoladas 19 emendas à proposta, e ainda há a possibilidade de outras serem acrescentadas à discussão no mesmo dia da votação.

Um dos principais debates deverá ser sobre a aplicação do

mínimo constitucional de 12% da receita líquida de impostos e transferências do Estado para saúde, medida defendida pela bancada de oposição à esquerda no Parlamento.

O governo gaúcho firmou acordo com o Ministério Público para postergar o cumprimento deste piso, a partir de uma compensação gradual a cada ano, com o objetivo de acabar com os chamados “gastos controversos” na área. Pelo acordo, o Executivo precisa destinar 10,68% da receita para saúde em 2026; 11,01% em 2027; 11,35% em 2028; 11,67% em 2029; 12,05% em 2030; e 12,5% em 2031.

Motta questiona decisão do STF contra Valdemar

/ INVESTIGAÇÃO

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), chamou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino contra o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de “indevida intervenção ju-

dicial”. Em nota à imprensa neste sábado, Motta defendeu o político e os servidores da Casa após o bloqueio de R\$ 119 milhões em emendas por suspeita de desvio. “A decisão em questão não identifica desvio, abuso ou aplicação irregular de verbas públicas. Limita-se a inferências e a tentar criminalizar

a atividade política. Torna-se inaceitável, tendo em vista que a alocação das emendas está em plena conformidade com a moldura normativa vigente e com os compromissos institucionais firmados entre o Executivo e o Legislativo perante a própria Corte Constitucional”, afirma a presidência da Casa.

Dino manda bloquear R\$ 6 milhões de Eduardo Cunha

/ JUSTIÇA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou o bloqueio de R\$ 6,1 milhões do ex-deputado Eduardo Cunha (Republicanos-MG). A decisão é um desdobramento da Operação Transparência, que investiga a possível ingerência ilícita de Cunha no direcionamento de verbas públi-

cas, mesmo sem exercer mandato parlamentar desde 2016. A determinação de bloqueio é do dia 6 de julho, mas se tornou pública neste domingo. A Polícia Federal afirma ter indícios de que Eduardo Cunha atuava como um “vetor relevante” na definição e remanejamento de emendas, utilizando-se da servidora da Câmara dos Deputados Mariângela Fialek, conhecida como

Tuca. Segundo as investigações, Tuca operava como braço direito de Cunha dentro da Casa Legislativa, ignorando fluxos formais para materializar as decisões do ex-deputado. Análises de mensagens telemáticas revelaram que Cunha coordenava diretamente a destinação de, pelo menos, 29 emendas da Comissão de Saúde, totalizando um valor de R\$ 6,15 milhões.

Melo recebe versão final do novo Plano Diretor da Capital

/ PAÇO MUNICIPAL

Marcus Meneghetti

marcusv@jcrs.com.br

O prefeito Sebastião Melo (MDB) recebeu na sexta-feira, 10 de julho, o texto final do novo Plano Diretor de Porto Alegre, lei que rege o planejamento urbano da cidade, aprovada em abril de 2026 na Câmara Municipal.

A versão final foi entregue pelo presidente do Legislativo municipal, vereador Moisés Barboza (PSDB) - que foi ao Centro Administrativo Municipal acompanhado por parlamentares da base do governo municipal na Câmara.

Melo deve sancionar o novo Plano Diretor em até 15 dias úteis. Após a sanção, a prefeitura precisa regulamentar diversos regramentos previstos na redação final. A história recente da cidade indica que isso pode levar meses e, alguns pontos, até anos.

Por exemplo, o Plano Diretor anterior, cuja revisão foi aprovada em 2010, teve regras que nunca foram regulamentadas.

Ao responder perguntas de jornalistas após a entrega do texto final, Melo mencionou que poderia haver eventuais “inconsistências jurídicas” na redação. Entretanto, quando foi questionado se pretendia vetar algum trecho da matéria, manteve a cautela.

“Recebi o ofício agora. Vou distribuir a matéria para os técnicos e para o Germano (Bremm, secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade). Não posso atropelar. Posso responder essa pergunta mais à frente. Mas o certo é que eu vou sancionar a lei, sem dúvida nenhuma”, ponderou Melo.

Os vereadores apresentaram 522 emendas ao projeto do Plano Diretor durante os debates acalorados no plenário da Câmara Municipal em 2025 e 2026. Entretanto, apenas 117 foram aprovadas. Confira aqui.

De um modo geral, a base do governo Melo argumenta que o novo regramento cria condições para a expansão econômica e habitacional, uma vez que permite a construção de prédios mais altos bem

como mais edificações pela cidade. Já a oposição afirma que a flexibilidade nas regras de construção pode prejudicar a qualidade de vida e comprometer a resiliência climática na cidade.

Entre os pontos polêmicos na legislação que atualiza o planejamento urbano da cidade para os próximos 10 anos, está a permissão de construções de até 130 metros em áreas como Centro Histórico e 4º Distrito, o equivalente a cerca de 45 andares. Já no bairro Menino Deus, as edificações podem chegar a 60 metros. O texto também permite que os prédios sejam construídos mais próximos uns dos outros.

Outra mudança é a isenção da taxa de permeabilidade no 4º Distrito, região fortemente afetada pelas cheias de 2024. A taxa determina o percentual mínimo do terreno que deve permanecer livre para a infiltração da água da chuva no solo. Essas áreas costumam ser áreas verdes, como jardins ou canteiros para árvores. A ideia é evitar que a água acumulada sobre o piso de concreto cause alagamentos.

Essas mudanças na regra da taxa de permeabilidade - assim como outras - continuam gerando controvérsia. Em junho, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) pediu a anulação da lei em uma representação no Ministério Público Federal (MPF). O processo ainda tramita no MPF.

Alguns vereadores também anunciaram que pretendem acionar a Justiça. Perguntado se isso o preocupava, Sebastião Melo disse que espera que o texto final do Plano Diretor seja mantido após a sanção.

“O direito de petição é sagrado, somos o país que mais judicializa no mundo. Às vezes, os próprios políticos judicializam: participam do processo democrático e, ao perder, utilizam o Ministério Público ou o Judiciário. Não posso tirar o direito do cidadão. Mas o que não faltou foi discussão, democracia. Então, esse é o Plano Diretor que a cidade entendeu que merecia ser aprovado. Espero que seja respeitado”, analisou.